

Dívida Externa Bancos estrangeiros não querem rompimento

Os bancos credores receberam a proposta brasileira para equacionar o problema da dívida externa como algo de pouco sério, mas não a descartaram como instrumento que permita iniciar um diálogo cuja ausência estava envenenando as relações do Brasil com a comunidade financeira internacional. Nessa perspectiva, a proposta não constitui base de discussão, porém não impede o diálogo. Certamente os credores estariam de acordo com o embaixador Jório Dauster quando esclareceu que a renegociação não havia começado.

Ninguém acredita que a renegociação será fácil e curta, mas se tem a impressão de que o tempo favorecerá seu êxito. Os banqueiros estão conscientes de que o Brasil do presidente Fernando Collor de Mello é confiável: todos reconhecem a seriedade do programa econômico, todos sabem que há uma Constituição que exige a necessária colaboração entre o Executivo e o Legislativo. Todos desejam o êxito do Plano Brasil Novo e não desconhecem as dificuldades que o País tem de enfrentar com a crise do Golfo Pérsico. Apenas querem que essa renegociação seja um verdadeiro diálogo em que se procurará encontrar so-

luções que satisfaçam ambas as partes.

A questão da dívida externa dos países latino-americanos evoluiu muito desde a crise mexicana de 1982. Verificou-se que ao longo dos anos se conseguiu afastar uma crise que poderia ter afetado o sistema monetário internacional. O primeiro plano apresentado pelo secretário do Tesouro norte-americano James Baker não funcionou. Não foi porém inútil, pois mostrou que os bancos não queriam e certamente não estavam em condições de participar, na escala prevista, com new money, indispensável para a solução do problema. Mostrou também — apesar de toda a relutância existente na época — que a solução passava compulsoriamente por uma intervenção dos governos dos países industrializados, ainda que de forma indireta pelos organismos internacionais e regionais (FMI, Banco Mundial, BID, etc.). Daí o Plano Brady.

Foi muito difícil convencer os bancos credores de que esse plano poderia resolver os problemas existentes. Eles demoraram muito a se engajar realmente na nova via oferecida. Foram necessários 18 meses para que o acordo com o México se tornasse realidade. Mas, uma

vez superadas as dificuldades operacionais, verificou-se que o Plano Brady podia representar solução satisfatória, especialmente na medida em que permitia escolher entre diversas opções. A partir daí as negociações com outros países se tornaram mais rápidas. A renegociação com as Filipinas foi mais fácil e mais curta. E mais curta ainda com a Venezuela.

O que os banqueiros internacionais querem é que o Brasil reconheça que houve uma solução para todos esses países (e nem todos são produtores de petróleo) e quando o presidente mexicano afirma que para seu país não existe mais o problema da dívida externa está falando seriamente.

O Brasil levantou novo problema, que é só dele: a incidência do serviço da dívida sobre o equilíbrio das contas públicas. Trata-se de questão que os credores não podem esquecer, especialmente num país que está realizando esforço pouco comum para eliminar o déficit do setor público.

Se cabe aos credores levar em conta esse aspecto, isto é, apresentar uma contraproposta que ofereça soluções, cabe ao Brasil mostrar que podem ser encontradas soluções que admitam

compromissos. O Brasil formulou proposta maciça, que parece não apresentar fissuras. Exige a capitalização dos juros (que alguns países podem admitir), mas é contrária à legislação norte-americana. É preciso oferecer opções para os bancos que não aceitem ou não possam realizar tal operação. Enquanto nossas autoridades monetárias, antes da renegociação, falavam da possibilidade da conversão de dívidas em capital de risco quando se trata de empresas privatizáveis, a proposta apresentada ao comitê de assessoramento, pelo menos na sua versão divulgada, não faz nenhuma alusão à questão. Não podemos também recusar o pagamento dos juros atrasados.

Missão técnica vem nas próximas semanas ao Brasil: teremos de convencer os economistas dos bancos de nossas limitações para honrar os compromissos. Isso não significa no entanto nenhum pagamento para este ano ou para o início de 1991.

O Brasil deve preparar-se para discutir contrapropostas e manter diálogo. O resultado desse encontro definirá nossa capacidade de reintegrar-nos, com a ajuda dos organismos internacionais, à comunidade financeira mundial.